

Danos à saúde associados a bets podem gerar custo de R\$ 30,6 bi ao ano

Do total, cerca de R\$ 17 bilhões são referentes a mortes ocasionadas por suicídio

Por Luana Lisboa (Folhapress)

Os danos associados às apostas e jogos de azar no Brasil geram um custo social anual de R\$ 38,8 bilhões, estima dossiê inédito elaborado pelo Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) e divulgado nesta terça-feira (2).

Do total, R\$ 17 bilhões são de mortes por suicídio, R\$ 10,4 bilhões por perda de qualidade de vida decorrente de depressão e R\$ 3 bilhões em tratamentos médicos para depressão. O valor total ligado à saúde chega a R\$ 30,6 bilhões (79% do total).

As estimativas envolvem custos diretos para o governo e também custos sociais indiretos associados à perda de qualidade e duração de vida, avaliados em anos de vida ajustados pela qualidade. A medida é usada na área da saúde para calcular quantos anos de vida saudável uma pessoa perde devido a uma doença ou condição.

Em contraste, o setor de apostas arrecadou R\$ 6,8 bilhões entre fevereiro e setembro de 2025, o que, conforme os autores, significa que as apostas online podem custar à sociedade mais do que contribuem para a arrecadação tributária. O dado é da Secretaria da Receita Federal.

Apesar disso, a legislação atual destina apenas cerca de 1% da arrecadação sobre a receita bruta das empresas de apostas ao Ministério da Saúde para medidas de prevenção, controle e mitigação de danos sociais advindos da prática.

De acordo com a Lei 13.756/2018, parte dos recursos são alocados da seguinte forma: 36% para a área do esporte, 28% para a área do turismo, 13,6% para segu-



Divulgação/Tribuna da Internet

Uso de recursos do Bolsa Família em apostas já havia 'ligado o alerta' sobre as 'Bets'

rança pública, 10% para a educação e 10% para a seguridade social, e 1% para a pasta da Saúde.

Os dados foram obtidos a partir de fontes oficiais do governo federal, pesquisas e estimativas inéditas de custo econômico e social. Foi tomado como base o 3º Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, realizado pela Unifesp entre 2022 e 2023. A partir daí, o dossiê estimou que o Brasil tem cerca de 12,8 milhões de pessoas em situações de risco com relação a apostas.

Já o cálculo dos custos sociais e econômicos foi elaborado a partir de uma comparação com a experiência do Reino Unido devido às similaridades entre o SUS (Sistema Único de Saúde) e o NHS, sistema de saúde britânico. O parâmetro utilizado foi o do estudo Office for Health Improvement and Disparities, que publicou uma síntese de evidências sobre danos relacionados a jogos de azar em 2023. O dossiê teve apoio da

Umane, organização que tem como propósito fomentar a saúde pública, e da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental.

A estimativa de R\$ 38,8 bilhões, porém, ainda é considerada conservadora, pois se restringe aos danos que puderam ser mensurados a partir de evidências robustas. Outros custos sociais mensurados são relacionados ao encarceramento por atividade criminal, benefícios de seguro-desemprego e perda de moradia. O impacto nos relacionamentos familiares, por exemplo, não pôde ser contabilizado.

Os pesquisadores também apontam que não há ainda uma vinculação orçamentária específica para o financiamento de ações de cuidado no âmbito da Raps (Rede de Atenção Psicossocial). Isso impossibilita verificar a equivalência ou discrepância entre os recursos obtidos pelo Estado com a tributação das apostas e os custos arcados pelo SUS.

A ideia é enquadrar as bets como um problema de saúde pública em oposição a uma perspectiva comercial que gira em torno de um viés arrecadatório, afirma Rebeca Freitas, autora do estudo e diretora de Relações Institucionais do Ieps.

“O que a gente sabe é que hoje não conseguimos ter estimativas do quanto seria necessário arrecadar para a saúde para fazer frente a esses danos. Qualquer estimativa que a gente fizesse, estaria subestimando esse impacto”, afirma.

Dados da consultoria internacional Regulus Partners já apontaram que empresas de apostas online devem faturar US\$ 4,139 bilhões (cerca de R\$ 22 bilhões) no Brasil em 2025, posicionando o país como quinto maior mercado do mundo para o setor. “É um mercado em crescimento que não vem sendo regulado da forma como deveria”, diz Freitas.

O Congresso Nacional tem

se mobilizado para disputar os rumos da regulamentação, com destaque para a Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental, composta por mais de 200 parlamentares.

O dossiê aponta, com base nos mapeamentos da Câmara dos Deputados e do Senado entre 2023 e 2025, que 189 projetos de lei (PLs) em tramitação tratam direta ou indiretamente da regulamentação, restrição ou responsabilização do setor de apostas online e jogos de azar.

O número é quatro vezes maior se comparado ao período de 2023, cujo montante foi de somente 18 PLs. Desse total, 44 estão em tramitação no Senado Federal e 145 na Câmara dos Deputados.

Os danos associados às apostas afetam não apenas saúde, mas relações pessoais, famílias e comunidades, e aumentam as desigualdades, apontou a revista Lancet Public Health.

Em artigo de 45 páginas, a publicação afirmou em 2024 que “governos e legisladores precisam tratar as apostas como questão de saúde pública, como já se faz com outros produtos que viciam e fazem mal, como álcool e tabaco.”

Relatório final do grupo de trabalho interministerial de saúde mental para a prevenção e redução de danos dos jogos, divulgado pelo governo federal em 29 de setembro, identificou que, no Brasil, os efeitos do crescimento do mercado de apostas são sentidos com maior intensidade entre jovens e população de baixa renda, mais expostos a riscos como endividamento, depressão, ansiedade, conflitos familiares e ideação suicida.

Comerciantes pagam por tapumes no entorno do Allianz

A presença dos tapumes que isolaram o entorno do Allianz Parque, no último sábado, na final da Libertadores contra o Flamengo, foi bancada exclusivamente pelo bolso dos comerciantes locais. As proteções metálicas intrigaram os torcedores que passaram pela região.

A reportagem apurou que, enquanto Palmeiras e WTorre se mantiveram distantes da operação, os donos de bares organizaram um rateio para custear a estrutura. A medida foi para evitar risco de caos provocado pela mistura de torcedores tensos com a decisão continental e a multidão atraída pelas promoções de Black Friday do shopping vizinho.

O grupo desembolsou cerca de R\$ 8 mil para fechar o perímetro,

garantindo também que vendedores ambulantes não entrassem na área - uma forma de assegurar que o consumo ficasse restrito aos estabelecimentos que pagaram a conta. A Mancha Verde chegou a participar das reuniões de planejamento para alinhar a logística da rua, mas não colocou dinheiro no projeto.

A decisão de pagar pela “blindagem” surgiu após um aviso das autoridades. Em reunião prévia, a Polícia Militar e a Subprefeitura sinalizaram que não forneceriam o material oficial, mas deixaram claro que agiriam com rigor caso a aglomeração na Rua Palestra Itália saísse do controle e bloqueasse a via durante a partida. Para evitar tumultos e garantir o funcionamento dos negócios, os comerciantes assumiram a responsabilidade.



Allianz Parque

Palmeiras se isentou de pagar pelos tapumes do estádio

A reportagem apurou que o clube chegou a debater internamente a abertura do estádio para transmitir o jogo nos telões, mas desistiu da ideia. A burocracia dos órgãos de segurança e a falta de um consenso interno foram os principais motivos. Além disso, a diretoria avaliou que a ocupação das ruas Caraíbas e Palestra é um movimento orgânico da torcida, que historicamente dispensa a oficialização ou intervenção direta da instituição.

Em contato com o reportagem, a WTorre explicou que não organiza evento por conta própria e que não houve interessados em criar o evento.

Por Danilo Lavieri,
Livia Camillo e Alicia Klein
(Folhapress)